

E M E N T A

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA E CONDENATÓRIA. LEI ESTADUAL. ISENÇÃO DE TAXA ADICIONAL PARA ACESSO DE “PERSONAL TRAINER” ÀS ACADEMIAS DE GINÁSTICA DO ESTADO DO MARANHÃO. INCONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTES DO TJ/MA, STJ E STF. APELAÇÃO DESPROVIDA.

I. O conteúdo trazido pela Lei Estadual nº 11.093/2019 não é novo para esta Corte Estadual de Justiça, mormente para a Segunda Câmara Cível, órgão que apreciou, quando dos julgamentos dos Agravos de Instrumento nos 0807250-37.2019.8.10.0000 e 0807245-15.2019.8.10.0000, a constitucionalidade da Lei Municipal nº 6.452/2019, tendo, na ocasião, estabelecido o entendimento de que aquele ato normativo municipal extrapolava a competência legislativa conferida aos Municípios, invadindo a esfera de competência legislativa da União por legislar sobre Direito Civil (art. 22, I, da CF/1988), entendimento que, *mutatis mutandis*, deve ser dito da Lei Estadual nº 11.093/2019, mantendo-se a coerência, uniformidade e estabilidade do que vem sendo decidido pela Segunda Câmara Cível, em conformidade com o que preza o art. 926, caput, do CPC/2015.

II. A Lei Estadual nº 11.093/2019 que “*proíbe as academias de cobrar dos chamados ‘personal trainers’ (profissionais de educação física que oferecem serviços personalizados) qualquer valor para seu ingresso na academia e utilização das instalações, o que habitualmente fazem para orientar e coordenar as atividades físicas de seus clientes*” invade o círculo de competências legislativas da União para legislar sobre Direito Civil (art. 22, I, da CF/1988), padecendo, *a priori*, de inconstitucionalidade formal orgânica.

III. Apelação **DESPROVIDA**, de acordo com o parecer ministerial.

